



ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: UMA ANÁLISE DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

Jhenyffer Lays Ribeiro Silva¹
psicojhenyffer.lays@gmail.com
Juliana Catarine Barbosa da Silva²
juliana.catarine@upe.br

¹Psicóloga formada pela Universidade de Pernambuco Campus Garanhuns

² Docente da Universidade de Pernambuco Campus Garanhuns

INTRODUÇÃO

Para Favero, Sarriera e Trindade (2014), os desastres não podem ser desvinculados do contexto no qual eles ocorrem, deve-se considerar as variáveis físicas, sociais, políticas, econômicas e outras que possam estar enredadas. De acordo com Freitas *et al.* (2012), os desastres podem ser classificados em intensivos e extensivos. Os primeiros se caracterizam por possuírem baixa frequência e serem geograficamente concentrados com grande potencial de impacto, enquanto os segundos, ainda que individualmente sejam pequenos, acontecem com grande frequência em um espaço de tempo e são responsáveis por causar grandes danos à infraestrutura local, habitações e condições de vida das populações empobrecidas. Como exemplos de desastres extensivos, temos as inundações e as secas, sendo essas últimas o foco da nossa pesquisa.

A seca é compreendida como um fenômeno causado pela insuficiência de chuva e que provoca uma redução sustentada das reservas hídricas existentes por um período prolongado (Grigoletto, *et al.*, 2016). Sabe-se que o Agreste Meridional de Pernambuco, constituído por 26 municípios, e região foco da nossa pesquisa, é uma região produtora de diversas culturas que abastecem várias partes do estado de Pernambuco, movimentando grande parte da economia regional e nacional. Contudo, devido as estações chuvosas irregulares que tem ocorrido na localidade, apresentando portanto, baixa precipitação média anual, tem prejudicado a sua capacidade produtiva (Andrada *et al.*, 2018). Neste contexto, temos como objetivo identificar e debater sobre as estratégias para lidar com as secas apresentadas pelas Organizações Governamentais (OGs), representadas no presente trabalho pelas Defesas Cíveis, e Não Governamentais (ONGs) da região pesquisada.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa fez parte de um projeto guarda-chuva, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Pernambuco e seguiu todas as orientações das resoluções nº466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que se refere a pesquisas com seres humanos. Para sua elaboração adotou-se a abordagem qualitativa em Psicologia Social e a cartografia enquanto metodologia. A cartografia enquanto método de pesquisa, não deve ser entendida enquanto uma proposição de regras ou procedimentos, mas sim como estratégia de análise crítica e ação política (Prado Filho; Teti, 2013). Em relação aos passos metodológicos da pesquisa, tivemos dois: foi realizado um levantamento nos sites e redes sociais oficiais dos municípios pesquisados, onde buscou-se informações sobre seca, gestão das águas, riscos, desastres, entre outros descritores ligados à temática investigada. Todos os achados durante esse processo foram sistematizados em tabelas. Na segunda etapa, conseguimos entrar em contato com as organizações de dezenove municípios via chamada telefônica e/ou envio de mensagens para realizar entrevistas semiestruturadas de modo online através do *Google Meet*. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a análise, adotamos as orientações teórico-metodológicas da psicologia discursiva de origem inglesa (Potter; Wetherell, 1987).

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Na primeira etapa da pesquisa, ao acessarmos os *sites* das 26 cidades focos do estudo, identificamos que 13 delas não apresentaram nenhuma informação sobre a temática pesquisada. Para Dalbosco (2013), essa situação sinaliza que a comunicação governamental de pequenos municípios enfrenta uma série de dificuldades, dentre elas a financeira, visto que parte considerável dos *sites* observados possuem uma interface pouco acessível, com funções falhas ou ausentes. Notou-se também que muitas das cidades são mais ativas em suas redes sociais. Segundo Santos (2013), as informações ligadas à esfera federal, estadual e municipal que são divulgadas nessas redes, possibilita às pessoas a busca por novas formas de monitoramento das ações públicas assim como de participação política. Na busca por informações sobre estratégias de promoção, combate e prevenção aos riscos de desastres nos *sites* e redes sociais das cidades, observamos intervenções semelhantes, a exemplo da manutenção e construção de barragens, barreiros, açudes e reservatórios de água; a construção de poços artesianos e cisternas em ambientes rurais; a contratação de carros pipas, entre outros. Ainda em relação ao gerenciamento dos recursos hídricos, observou-se que 9 cidades apresentaram programas relacionados à oferta de água para os(as) moradores(as). Tais projetos foram apresentados sob a perspectiva de conscientizar a população sobre a gestão das águas ou de ofertar água para as pessoas em que o acesso a ela foi prejudicado devido à seca, à dificuldade de acesso pelas estradas, ou então questões ligadas à economia.

Em relação à segunda etapa da pesquisa, as entrevistas, dezenove pessoas participaram delas, dessas, dezesseis eram representantes das defesas civis e três de ONGs. Através das entrevistas, obtivemos discursos sobre como a seca apresenta interferência direta na agricultura e pecuária, principais atividades realizadas nos territórios pesquisados, assim como podemos ver no trecho a seguir: “[...]. Porque a seca é isso, é falta de água. A gente tenta ao máximo viabilizar isso. A gente ajuda com suporte de mangueiras por necessidades de irrigação, porque a estiagem afeta muito isso, a produção do cultivo, da agricultura e também da pecuária.” (Profissional da Defesa Civil)

Para Alpino, Sena e Freitas (2016), esse comprometimento nas atividades agrícolas e pecuárias ocasiona uma série de adversidades: gera prejuízos econômicos, afeta o consumo de alimentos tanto em sua qualidade quanto quantidade e interfere no poder de compra de alimentos, afetando negativamente o estado nutricional das populações. Outro elemento destacado por parte dos(as) participantes, se refere à seca afetar mais as pessoas da zona rural em comparação às residentes da área urbana. Para lidar com a falta d’água, as organizações trouxeram ações como: a implementação de carros pipas (13 delas), a limpeza e construção de poços, barragens, açudes e barreiros (9), a distribuição de água através de adutoras (2) e recuperação de nascentes (1). Ao analisar as estratégias apresentadas, percebe-se que, com exceção de uma ONG, todas as outras organizações apresentam propostas que visam apenas mitigar os efeitos da seca em detrimento de preveni-la. Ou seja, se caracterizam por serem paliativas e pontuais, não garantindo o acesso a água de forma duradoura. Além disso, as ações também têm se pautado em uma ideia de combate à seca ao invés da convivência com ela, essa última sendo compreendida enquanto uma política pública que busca englobar experiências originadas de saberes populares (a participação da comunidade) com o saber científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber distinções entre a primeira e segunda etapa da pesquisa. Na primeira, identificamos mais estratégias relacionadas à seca e gerenciamento das águas em detrimento da segunda. Além disso, as ações apresentadas pelos(as) profissionais para lidar com a seca foram basicamente as mesmas, caracterizadas como formas de mitigar os efeitos dela ao invés de se configurarem como uma política permanente de acesso à água. Ademais, notou-se a ausência de ferramentas de controle social, ou seja, a participação da comunidade na elaboração e implementação das estratégias desenvolvidas, e táticas de promoção, essas compreendidas como ações que buscam aumentar o conhecimento das pessoas acerca dos riscos de desastres, de modo que lhes sejam informadas sobre o que fazer e como agir nesses tipos de situação. Por fim, ressaltamos a importância de se pensar em estratégias que se desloquem de um posicionamento de combate à seca, e se redirecionem à convivência com ela. Para isso, é necessário que profissionais e comunidade trabalhem de forma coletiva, e que suas ações partam



de um princípio do comum, a partir do desenvolvimento de uma relação de cooperação e corresponsabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Emergências. Desastres. Seca. Agreste Meridional de Pernambuco. Psicologia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

- ALPINO, T. A.; SENA, A. R. M.; FREITAS, C. M. Desastres relacionados à seca e saúde coletiva – uma revisão da literatura científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 809- 820, 2016.
- ANDRADA, E. K. P. et al. Periodicidades na distribuição homogênea da precipitação no Agreste de Pernambuco. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 03, n. 01, p.100- 117, 2018.
- DALBOSCO, V. Desafios para uma comunicação política na administração pública de pequenos municípios brasileiros. In: CASTILHO, A.; MACEDO, R. G.; ROCHA, D. (Org.). **Comunicação política na esfera pública: democracia, eleições e cidadania no Brasil**. 1 ed. Capivari, SP: Nova Consciência, 2013. p. 194-207.
- FAVERO, E.; SARRIERA, J. C.; TRINDADE, M. C. O desastres na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, 2014.
- FREITAS, C. M. et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012.
- GRIGOLETTO, J. C. et al. Gestão das ações do setor saúde em situações de seca e estiagem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 709-718, 2016.
- POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour**. London: Sage, 1987.
- PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p.45-59, 2013.
- SANTOS, A. C. P. O papel das mídias sociais digitais para o exercício do controle social: Contribuições das plataformas colaborativas para o exercício da cidadania. **Revista belas artes**, v. 12, n. 2, p. 1-21, 2013.